

# Ecos e Ressonâncias de controle e repressão na constituição de Elementos Identitários<sup>1</sup> de descendentes de imigrantes no Rio Grande do Sul

## Echoes and Resonances of Control and Repression at the Building of Identity Elements of descendants of imigrantes in Rio Grande do Sul

Vejane Gaelzer\*

<https://orcid.org/0000-0002-1287-275X>

### Resumo

O processo de construção de identidade abarca diversos elementos que não são dados e acabados, ou delimitados por espaços físicos, antes estão em constantes construções e deslizamentos. Dessa forma, as identidades sociais são construídas no/a partir do discurso, não nascem com os sujeitos, mas acontecem na interação dos sujeitos em suas práticas discursivas. Neste sentido, objetiva-se refletir sobre a violência simbólica das práticas políticas do governo Vargas na constituição do imaginário de identidade brasileira, interditando a constituição de identidade de descendentes de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul. Nesta perspectiva, na construção do imaginário de identidade, durante as décadas de 1930/1940, perpassam/ecoam controle e repressão nas vozes sociais e investigar essas vozes mobiliza uma série de questões políticas, posições ideológicas, exclusão social e objetos simbólicos. Para tanto, o referencial teórico está pautado nos estudos de Pêcheux (1997) e de Bahktin (2004) e o *corpus* de análise é composto de sequências discursivas retiradas do Decreto-Lei/1939 do Projeto de Nacionalização da Era Vargas e sequências discursivas de depoimentos de descendentes de imigrantes alemães. Com base nessa análise, percebe-se que as relações dialógicas de vozes presentes nessa construção imaginária de identidade, instituem posições sócio-axiológicas, determinam lugares sociais e ecoam vozes silenciadas.

**Palavras-Chave:** vozes sociais, imigrante, identidade, língua, efeitos de sentido.

<sup>1</sup> Este artigo é fruto dos estudos desenvolvidos no projeto de Pesquisa “*Identificação e Interdição: ecos e ressonâncias*, cujo início acontece com a tese “*Construções Imaginárias e Memória Discursiva de Imigrantes no Rio Grande do Sul*, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012”.

\* Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professora do Instituto Federal Farroupilha. E-mail: [vejane.gaelzer@iffarroupilha.edu.br](mailto:vejane.gaelzer@iffarroupilha.edu.br)

### Abstract

The process of building an identity embraces several elements which are not given and finished or delimited by physical spaces but are in constant building and slippage. As a result, exists the idea that social identities are built at/by the discourse because they are not born with the people, but come from the interaction of individuals at their discursive practice from where they manifest. In this way, social identities are constructed in/from the discourse, they are not born with the subjects, but happen in the subjects' interaction in their discursive practices. In this sense, the objective is to reflect on the symbolic violence of the political practices of the Vargas government in the constitution of the Brazilian identity imaginary, prohibiting the constitution of identity of descendants of German immigrants. In this regard, at the building of the identity, between the decades of 1930 and 1940, control and repression are manifested and echoed at the social voices. Exploring the voices that resound at the building of the identity can mobilize a series of political issues, ideological positions, social exclusion and symbolic objects. For this purpose, the discursive corpus is composed of discursive sequences from the Decree-Law/1939 of the Nacionalization Project at Era Vargas and discursive sequences of of descendants of German immigrants testimonies. Based on the discursive analysis, one can see that the dialogical relations of voices existing at the identity building establishes socio-axiological positions. The theoretical framework in which the research by Pêcheux (1997) and Bakhtin (2004).

**Keywords:** social voices, immigrant, identity, language, sense effects.

## Introdução

No cenário político brasileiro, a Revolução de 30 é um acontecimento decisivo para ascensão de Getúlio Vargas ao poder, instituindo, em 1937, o chamado Estado Novo, um Estado forte guiado com propostas de controle de massas (os trabalhadores) e medidas que agradavam aos demais setores sociais (empresariado e classe média urbana). Sabemos que a ascensão política de Vargas é bastante emblemática, visto que a ambiguidade de sua política o tornou popular, tanto pelas camadas dos setores empresariais, quanto pelas camadas de massas trabalhadoras. A sua política nesse momento buscava a consolidação de um projeto de unidade nacional, reforçando o poder do presidente e enfraquecendo o poder das elites locais. Neste sentido, as decisões políticas, sociais e econômicas do Estado estavam pautadas em um projeto de cunho autoritário-corporativo, procurando aparentemente contentar as diversas classes sociais. O governo varguista procura unir às ações políticas às ações culturais, ressaltando a importância destas para o cenário cultural

brasileiro. A cultura e a política se mesclam com o intuito de mascarar a realidade de controle político e domínio cultural sobre as pessoas sob a égide de valorizar as raízes nacionais e instituir uma cultura somente brasileira.<sup>2</sup> Deste modo, pautado no objetivo aparente de criar uma nação brasileira, o governo propaga o discurso de uma nação unida por uma única cultura e uma única língua e cria oficialmente mecanismos que discursivizam quem é brasileiro e quem não é.

Neste plano de construção de imaginário de identidade brasileira, encontram-se também os sujeitos imigrantes vindos para o Brasil.<sup>3</sup> Cabe lembrar que ao escolher e vir para o Brasil, motivados por promessas, não estavam negando a sua pátria, a sua língua ou a sua identidade. Eram imigrantes pobres, por isso, partiam por necessidade, vinham para o Brasil em busca de condições de sobrevivência para suas famílias, uma vez que essas condições de sobrevivência não encontravam mais na sua terra natal. Portanto, falar sobre as vozes sociais que constituem o imaginário de identidade, seja do imigrante ou do brasileiro, é falar sobre lugares sociais e a partir do lugar social fazem-se valer determinados domínios de saberes que se inscrevem em Formações Discursivas distintas. Trabalharemos, neste artigo, com duas Formações Discursivas: Formação Discursiva do Governo Vargas e Formação Discursiva dos Imigrantes Alemães, afim de refletir sobre ecos e ressonâncias de violência simbólica, de repressão e de interdição da língua na constituição de identidade dos imigrantes alemães em prol de uma identidade nacional. Para tanto, traremos sequências discursivas retiradas do Decreto-Lei 1.545 de 1939<sup>4</sup> para regulamentação do Projeto de Nacionalização da Era Vargas e sequência discursivas de relatos de imigrantes e descendentes de alemães que dialogam com esse momento histórico.<sup>5</sup> Destacamos ainda que memórias,

<sup>2</sup>“O Brasil, a reboque desse contexto, vivenciou uma grave crise econômica, política e social que teve como resultado a derrubada da Primeira República, e a posterior introdução da ditadura do Estado Novo. A despeito dessa semelhança, a crise brasileira foi menos um reflexo da crise internacional e mais um produto das condições vigentes internamente” (Silva, Fernanda Xavier da. *As Constituições da Era Vargas: uma abordagem à luz do pensamento autoritário dos anos 30*. Política & Sociedade. Volume 9, n. 17, outubro de 2010. Acessado em 15 de outubro 2021. Disponível em: file /15680-Texto20do20Artigo-48212-1-10-20101015.pdf.

<sup>3</sup>PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Graf, Santa Terezinha, Porto Alegre, 1934. ROCHE, Jean. *A colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Emery Ruas. Trad. Porto Alegre: Globo, 1969. LANDO, Aldair Marli e BARROS, Eliane Cruxên. *A colonização Alemã no Rio Grande do Sul, uma interpretação sociológica*. Porto Alegre. Editora Movimento, 1976. JOCHEN, Toni Vidal. *A epopeia de uma imigração*. Águas Mornas, SC: Ed. Do Autor, 1997.

<sup>4</sup>REVISTA DO ENSINO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Vol.1. nº 2. Porto Alegre, nov. 1939. (ano 1).

<sup>5</sup>A política das décadas de 30 e 40, inserida dentro do cenário Mundial da Segunda Guerra trouxe mudanças no cotidiano dos imigrantes. SILVA NETO, Casimiro Pedro da. *Década de 1930 - Os Anos de Incertezas: A Origem da Primeira Lei de Segurança Nacional*, 2006. In: [www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/anos37-45/ev\\_ecp\\_horabrazil.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_ecp_horabrazil.htm).

conforme Pêcheux,<sup>6</sup> são constituídas por recortes, lacunas, em que alguns sentidos são silenciados e excluídos da memória, fazendo valerem-se outros sentidos. Essas lacunas são determinadas pela historicidade de cada sujeito e não expressam exatamente como os fatos ocorreram, mas como o sujeito os elabora, absorve e analisa, por meio de paráfrases.

## Língua e seus efeitos de sentido na construção do Discurso de Brasilidade

Bakhtin<sup>7</sup> defende que “a palavra deve deixar de ser sentida como palavra”, pois esta está imbuída de posições axiológicas<sup>8</sup> no mundo, a palavra passa a ser secundária, pois ela expressa vida e o mundo da vida, numa relação dialógica social. A palavra precisa ser percebida além dela, é preciso depreender dela a situação sócio-axiológica na qual ela está inserida e o que ela quer expressar, pois a cada nova situação social imediata a palavra torna-se outra e a cada nova (re)assimilação adquire significados. Em qualquer momento, o sujeito faz uso da palavra numa perspectiva dialógica a partir de uma situação social imediata, pois na sua voz ecoam outras vozes sociais. Para Bakhtin,<sup>9</sup> “um membro de um grupo falante nunca encontra previamente a palavra como uma palavra neutra da língua, isenta das aspirações e avaliações de outros e despovoada das vozes dos outros [...] A palavra ele a recebe da voz do outro repleta de voz do outro”. Neste sentido, enquanto sistema linguístico, a palavra é neutra, mas ao ser empregada, ela assume uma posição axiológica dentro de uma situação social imediata, perdendo sua neutralidade, numa relação de alteridade. Como Bakhtin<sup>10</sup> nos diz “a palavra não é um objeto, mas um meio constantemente ativo, constantemente mutável de comunicação dialógica. Ela nunca basta a uma consciência, a uma voz”. A palavra “saindo” do sistema da língua, ou seja, usada numa situação de comunicação discursiva,

<sup>6</sup> PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

<sup>7</sup> BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. Trad.: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, p.178, 2003. Ademais sabemos que há uma controvérsia sobre algumas noções atribuídas à Bakhtin e/ou ao círculo de Bakhtin e não é nosso objetivo nos atermos a esse debate. Todavia, MEDVIÉDEV, Júri Pávlovitch; MEDVIÉDEVA (2014) trazem informações pertinentes sobre o assunto. Disponível no número 9 (especial), 2014, de *Bakhtiniana*, em <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/issue/view/1255/showToc>. Acessado em 19 de abril de 2021.

<sup>8</sup> Expressão utilizada por Bakhtin, op. cit. 2003.

<sup>9</sup> BAKHTIN, Mikhail *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, trad. Paulo Bezerra, p.203, 2005.

<sup>10</sup> BAKHTIN, op.cit., p.203, 2005.

torna-se parte integrante do enunciado, numa relação dialógica, significando valorativamente; ela, a palavra, na situação social vai além do signo linguístico normativo e passa a ser expressão de alguém para outro alguém em situação concreta de comunicação discursiva.

Neste caso, conforme o autor, a linguagem é constituída de relações dialógicas. O dialogismo também está presente na constituição de discursos e dos sujeitos, pois o próprio sujeito se dá de forma verbal a partir do ponto de vista de outrem e da comunidade a que ele pertence, seu *locus* social. Para tanto, é importante observar o caráter dialógico da linguagem, a interação entre os interlocutores (o princípio fundador da linguagem), pois é na relação entre sujeitos, no diálogo de discursos com outros discursos que se constrói o(s) sentido(s), a significação das palavras e a própria constituição de sujeitos. E é a partir dessa perspectiva dialógica, que olharemos para o discurso de brasilidade do Governo Vargas e para as falas dos imigrantes, pois quando eles falam, o fazem a partir do lugar social que ocupam: o primeiro, o lugar oficial, a autoridade; o segundo, o lugar de exclusão.<sup>11</sup>

Esse lugar oficial ocupado pelo presidente Vargas dispõe sobre alguns saberes atrelados à língua estrangeira, classificando-a como a língua do outro, o não-brasileiro e, por isso, ela deve ser apagada, silenciada. Esse discurso pautado nessa política linguística é oficializada a partir do Decreto-Lei nº 1.545, de 1939:<sup>12</sup>

Sd1 (FDGV): “Art. 15º -É proibido o uso de línguas estrangeiras nas repartições públicas, no recinto das casernas e durante o serviço militar.

PARÁGRAFO ÚNICO – Não se compreendem na proibição do presente artigo correspondência e as publicações destinadas ao estrangeiro, bem como as relações com as comissões estrangeiras em serviço oficial ao país.”

Pelas palavras do Decreto, percebemos que essa restrição do uso de línguas estrangeiras refere-se ao território nacional, mantendo “as relações com as comissões estrangeiras em serviço oficial ao país”. Aqui, percebemos

<sup>11</sup> É pertinente destacar que nosso trabalho tem como foco os imigrantes alemães, mas sabemos que os demais imigrantes vindos de outros lugares também estavam submissos a essa política xenofóbica e que também estavam submissos e essa prática política autoritária. A exemplo de alguns trabalhos que abordam essa questão: Mazurek, Jerzy. *A Polônia e seus emigrados na América Latina (até 1939)* / Jerzy Mazurek ; tradução Mariano Kawka. – Goiânia : Editora Espaço Acadêmico, 2016. 458 p.; SCHILLING, Isabel. *Os traços da identidade cultural polonesa nas práticas educacionais da Escola Casemiro Stachursck*, CRICIÚMA, SC, 2007. DISSERTAÇÃO; TIBOLLA, Flávia Rosane; SCHWABENLAND, Flávia, et. al. *interdição e identificação: faces da constituição linguística dos descendentes de imigrantes italianos*. EDUCERE, 2015.

<sup>12</sup> REVISTA DO ENSINO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Vol.1. nº 2. Porto Alegre, p.134, nov. 1939.

a língua não apenas sob o prisma da comunicação, mas também como elemento político,<sup>13</sup> em que relações de poder são simbolizadas e materializadas pela e na língua e isso é o político. Isso significa que esses efeitos de sentido produzidos estão intrinsecamente ligados à política, porque são e estão submetidos à ordem do poder, de modo que essas palavras usadas no discurso oficial criam espaços de pertencimento e concomitantemente de exclusão, de estratificação social. Assim, a língua(gem) não é neutra, antes é atravessada pela política, pelas relações de poder.

Neste viés, a língua é um elemento que contribuiu para a construção simbólica de identificação de qualquer grupo social, sejam os brasileiros ou os imigrantes e seus descendentes. Portanto, a língua, como objeto simbólico, faz parte de um entrelaçamento das estruturas políticas, culturais e sociais nos modos como os processos de subjetivação se produzem. Assim, é perceptível que a proibição de línguas estrangeiras afeta as práticas sociais dos imigrantes e seus descendentes porque ela é um dos elementos simbólicos de identificação desse grupo como sujeitos sociais. Segundo Pena,<sup>14</sup> a “identidade social é uma construção simbólica que envolve processos de caráter histórico e social, que se articulam (e atualizam) no ato individual de atribuição”. Para Orlandi,<sup>15</sup> “a identidade não é idêntica a si mesma, não é sempre discernível em sua especificidade. Depende da história e de sua constituição”. Nesta ótica, ao tratarmos das questões que envolvem o processo de identificação dos brasileiros e, ao mesmo tempo, o de interdição dos sujeitos imigrantes e seus descendentes é necessário considerar não somente as questões do âmbito linguístico, mas também os acontecimentos históricos, sociais e ideológicos, nos quais os sujeitos estavam inseridos e a partir deles produziam significados.

Para continuidade de tais reflexões, cabe trazer o do Artigo 1º do Decreto-Lei 1.545, de 1939,<sup>16</sup> que nos mostra como essa imposição se institui e discursiviza sobre o modo de construção do projeto de brasilidade e o lugar social que deveria ser ocupado pelos imigrantes:

Sd2(FDGV): “Essa adaptação far-se-á *pelo ensino e pelo uso da língua nacional*,<sup>17</sup> pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações

<sup>13</sup> ORLANDI, Eni. *Língua e Conhecimento linguístico*. Para uma História das Ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

<sup>14</sup> PENNA, Maura. *Relatos de imigrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento*. In: Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado/Inês Signorini (org.). Campinas, SP: Mercado das Letras, p.92, 1998.

<sup>15</sup> ORLANDI, Eni. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, p.24, 2002.

<sup>16</sup> REVISTA DO ENSINO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Vol.1. nº 2. Porto Alegre, p.134, nov. 1939.

<sup>17</sup> Grifo no texto original.

de caráter patriótico e por todos aos meios que possam contribuir para a formação de uma consciência nacional”.

Essas palavras ressaltam a construção de identificação de caráter patriótico e o modo como o governo busca fomentar a “consciência nacional”: pelo ensino e pela língua. Assim, ao considerarmos a situação social imediata, percebemos que o discurso do Governo Vargas propaga um saber ideológico, cujos princípios são os sentimentos de patriotismo e nacionalismo, mas que mascaram os mecanismos de subserviência e conformismo, imbuídos de repressão e interdição do uso de línguas estrangeiras. Isto permite-nos apreender que os imigrantes e seus descendentes precisam adaptar-se, na perspectiva da passividade, por meio do *ensino e da língua*. Para tanto, governo varguista instituiu a obrigatoriedade da língua portuguesa e a tornou um elemento de política para o discurso da unidade de nação brasileira. Por outro lado, essa unidade nacional representou a destruição linguística, porque para os imigrantes a língua, que lhes era proibida, representava a preservação de seus bens culturais e identitários. Era pela língua que esses imigrantes guardavam seus saberes e sua história, mesmo estando em outro espaço territorial. Ao perderem sua língua, perdem seus bens simbólicos, lhes apagam a história, a memória. Isso significa que não se trata apenas de substituir uma língua por outra, antes passa por processos de inclusão/exclusão. Dado a isso, tem-se o objetivo velado dessas práticas políticas autoritárias: apagar a história, a memória dos imigrantes. Dessa forma, o lugar social, que lhes é legitimado, é o lugar dos excluídos, a condição de não serem brasileiros e de se submeter aos decretos para se adaptarem à condição de brasilidade, ao mesmo tempo, em que não há como abandonar a sua condição de serem imigrantes, já que por causa disso, são alvos de vigilância e de repressão. Nessa condição, os imigrantes ocupam um lugar social marginalizado e é deste lugar social que eles falam e são discursivizados.

Ainda é pertinente olhar sobre esse sentimento de pertencimento<sup>18</sup> dos imigrantes sob o prisma do cenário mundial e assim perceber que o objetivo velado de Getúlio Vargas era também inibir qualquer manifestação e ligação

---

<sup>18</sup> Cabe esclarecer que esse sentimento de pertencimento ao grupo de imigrantes alemães se dá ao fato de que o “critério *jus sanguinis* era adotado pelos alemães para determinar a nacionalidade de um indivíduo, na segunda metade do século XIX e trouxeram esse critério para nova pátria. Isso significa que para os alemães havia uma diferença entre nacionalidade e cidadania, preservando seus elementos identitários de nacionalidade e, ao mesmo tempo, respeitando e cumprindo com seus deveres de cidadãos brasileiros, por terem nascido em solo brasileiro, *jus solis*. Para Metzler “*não há contradição em declararmos: somos brasileiros e somos alemães*”(METZLER, Franz. In: *DEUTSCHES VOLKSBLATT*. Porto Alegre, 12 de janeiro de 1937. Trad. Arthur Blásio Rambo. *Deutschbrasilianische Auseinandersetzung, Sonderdruck*. Druck und Verlag: Metzler Ltda. Porto Alegre: Brasilien, 1937. Trad. Arthur Blásio Rambo.



política desses sujeitos com esse panorama bélico.<sup>19</sup> Dessa forma, instituiu-se uma política linguística excludente que classificou e estratificou os imigrantes e seus descendentes, legitimando um lugar social inferiorizado: a condição de não dominarem a língua nacional, sem voz; restava-lhes à obediência aos decretos para que pudessem se adaptar à condição de brasilidade e, concomitantemente, eles *carregavam* o estigma de serem “os outros”, o não brasileiro, o imigrante e, portanto, alvo de vigilância e repressão, por muitas vezes, a não aceitação.

Para Bakhtin,<sup>20</sup> o efeito de sentido das palavras são frutos de uma interação social, tanto de quem a profere como a quem ela é direcionada. Por esse viés teórico, a palavra traz consigo um tom valorativo definido diante do *locus* social. O autor destaca as relações dialógicas, para ele diálogo pode ser compreendido num sentido mais amplo, não só na interação verbal, mas as próprias relações sociais e históricas. Ademais, para o autor, é pela palavra do outro que se constitui o eu, interferindo na construção da subjetividade de cada sujeito. Na linguagem se concretiza a língua, conforme a subjetividade de cada sujeito, no processo de (re)assimilação, numa aplicação imediata na situação social. Isso significa que as marcas individuais e sociais, nos textos, nos discursos, como fruto de (re)assimilação, réplica interior e comentário efetivo, a partir da palavra do outro e das múltiplas vozes que o constituem no decorrer da vida, conforme o *locus* social. O emprego da palavra, a língua em sua relação dinâmica se dá a partir de um determinado *locus* social, permeado por diversas vozes sociais e é nessa interação dialógica de vozes sociais que elementos identitários de brasilidade são constituídos e constituem o imaginário social.

---

<sup>19</sup> GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

<sup>20</sup> BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004. Para esse autor é com base no diálogo interior entre o discurso de outrem com o próprio discurso que se dá a réplica, *Gegenrede*. A partir da réplica acontece o comentário efetivo, ou seja, após esse diálogo interno, conforme a situação social, a historicidade de cada sujeito é que acontece a exteriorização daquilo que foi (re)assimilado a partir do discurso de outrem. Portanto, na assimilação do discurso de outrem há dois momentos nesse processo: a réplica interior e o comentário efetivo, que estão naturalmente fundidos na apreensão ativa e inseridos numa determinada situação social. O comentário efetivo não se dá sempre de forma imediata, ou seja, não precisa realizar-se diretamente na perspectiva do discurso direto ou indireto. Para o autor, é do exterior, pela palavra do outro, no interior do sujeito, que se processa a (re)assimilação do discurso.



## Interação dialógica das vozes sociais na construção de elementos identitários

A expressão comporta duas faces: o conteúdo (interior) e sua objetivação exterior para outrem, portanto, o ato expressivo move-se entre as duas, pois procede de alguém, assim como se dirige a alguém. Ao contrário do que muitos afirmam, Bakhtin<sup>21</sup> nos diz que “a expressão exerce um efeito reversivo sobre a atividade mental: ela põe-se então a estruturar a vida interior, a dar-lhe uma expressão ainda mais defendida e estável”. Isso significa que o discurso é determinado por diversos elementos e não se restringe apenas à expressão interior, porque as formas discursivas exteriores interferem na ordem discursiva interior, no socialmente dado. O discurso interior recebe o discurso do outro e o recompõe com aquilo que já tem. Para o autor, “pode-se dizer que não é tanto a expressão que se adapta ao nosso mundo interior, mas *nosso mundo interior que se adapta às possibilidades de nossa expressão*, aos caminhos e orientações possíveis”.<sup>22</sup> Ao olharmos para as palavras citadas a partir do nosso estudo, percebemos que diversas vozes sociais dialogam e perpassam na constituição imaginária da identidade dos imigrantes. Essa construção se dá a partir do exterior nas situações sociais, em que os imigrantes são/estão submetidos e são essas vozes sociais que interferem, determinam, rompem ou propagam os saberes pré-construídos pela Formação Discursiva do Governo Vargas, cujo intuito é criar uma identidade nacional pelo viés da política linguística.

Interessa-nos trazer o conceito de Formação Discursiva para pensarmos como os saberes de determinada FD determinam e interferem na construção imaginária de identidade. O conceito de Formação Discursiva foi cunhado por Foucault<sup>23</sup> e retomado por Pêcheux<sup>24</sup> “*formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, determina pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*”. Se observarmos as palavras de Pêcheux “*o que pode e deve ser dito*” e observarmos como a Revista do Ensino se apropria e propaga as sanções que Getúlio Vargas determina, para coibir o imigrante, denominados como brasileiros descendentes de estrangeiros, percebemos, então, não só o que se pode dizer sobre o sujeito

<sup>21</sup> BAKHTIN, op. cit., p.118, 2004.

<sup>22</sup> Ibidem, p.118, 2004.[grifo do autor]

<sup>23</sup> FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

<sup>24</sup> PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Unicamp, p. 160, 1997. [grifo do autor]

imigrante, mas também como essa relação atravessa a sua construção cultural e identitária no espaço social em que estão inseridos.

Sendo assim, ao olharmos a partir do nosso estudo, podemos perceber que os discursos não se dão no vazio, mas na situação sócio histórica das décadas de 30 e 40, na Era Vargas, que define a condição social do imigrante e do brasileiro. É neste período da Era Vargas, através de ações, que o governo aceita a vinda de imigrantes, mas, ao mesmo tempo, cria uma série de mecanismos para controlá-los.<sup>25</sup> A política de nacionalização implicava em legitimar algumas práticas e expurgar outras que ameaçavam esse projeto. O governo cria um discurso de um país miscigenado, unido por uma única língua e uma consciência nacional. Contudo, as palavras do discurso de Getúlio Vargas procuram definir o outro, o sujeito imigrante, e construir um olhar sobre ele, determinando-o socialmente e apagando a sua identidade, a sua memória e a sua história. Assim, por meio do discurso, o Governo procura exteriorizar a ideologia nas suas práticas políticas, sociais e educacionais. Entre as práticas, segundo Zandwais,<sup>26</sup> podemos destacar: a determinação de compêndios escolares a serem usados; determinação do perfil do professor nas escolas; assim como, a determinação do programa de ensino nas escolas; pautado nessas medidas legais que se instaura o projeto de definição de “nação brasileira”. Em suma, o Governo Vargas cria um conjunto de dispositivos, via decretos jurídicos, em nome de benefícios para a constituição do imaginário do cidadão brasileiro, mas que passam a controlar a vida dos imigrantes e seus descendentes.

Esses dispositivos criados para a construção do imaginário de brasilidade e em nome da ordem trazem mascaradas diversas formas de violência simbólica<sup>27</sup> e física. São medidas implantadas ditas como de segurança, porém, segurança para quem? Se todos estavam sendo vigiados? Pois quem não informava e não fiscalizava as práticas cotidianas - seja de falar a língua, ou

<sup>25</sup> BUENO, Andréia; CARAMÉZ, João; BACKES, Luana e CASTRO, Rodrigo. A campanha de nacionalização na era vargas. Disponível em: <http://hipermidia.unisc.br/temposnazistas/nazismo-era-vargas.html>. Acessado em: 20/11/2021. PANDOLFI, Dulce. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

<sup>26</sup> ZANDWAIS, Ana. *Saberes sobre a identidade nacional: o processo de construção de um imaginário de cidadania durante o Governo Vargas*. In: *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. Org. Maria Cristina Ferreira, Freda Indursky. São Carlos: Claraluz, 2007; ZANDWAIS, Ana. (Org.). *OS PLANOS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO DOS GOVERNOS VARGAS E FHC: um Contraponto entre Saberes sobre Educação e Ensino de Língua Materna*. In: *Ensino e aprendizagem de línguas: língua portuguesa/ org. Ercília Cazarin, Gesualda dos Santos Rasia. Ijuí: Unijuí, 2007.*

<sup>27</sup> O conceito de violência simbólica está pautado em Pierre Bourdieu. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

ouvir notícias em língua estrangeira - também era considerado culpado em não colaborar com a ordem nacional, mas a que ordem se referia? A política de Getúlio Vargas colaborou para abandonar lentamente a teoria do branqueamento<sup>28</sup> e ganhou força, sobretudo a partir de 1930, pelo discurso sobre um imaginário de brasilidade e sobre um Brasil que afirmava a capacidade dos brasileiros de conviver e de se adaptar ao meio e à variedade de raças. Discursiva-se o mito da democracia racial de um país sem preconceito de cor e a capacidade de aceitar e conviver com o “outro”. Essa “democracia” racial apresentou-se como solução ao impasse da constituição do povo brasileiro, porém, trouxe outro modo de preconceito, discriminação e perseguição, instituindo práticas xenófobas produzidas a partir dos saberes superestrutural.

Cria-se, portanto, pelo discurso do governo alguns saberes que determinam a construção imaginária do sujeito brasileiro e, assim, temos saberes da Formação Discursiva do Governo Vargas que determinam quem é o sujeito brasileiro e quem não é, fazendo algumas recomendações que coordenam o convívio dos diferentes grupos sociais para aceitar o outro (o não brasileiro) em território nacional. Neste panorama, instituído a partir dos decretos, a língua portuguesa usada como elemento constituinte de nação brasileira é também elemento de exclusão dos imigrantes e um modo de apagamento de bagagem cultural. Isso porque a língua Alemã era elemento simbólico de identificação e de pertencimento ao grupo de imigrantes alemães e seus descendentes. Negar a eles a sua língua era negar-lhes também sua identidade, sua memória. Neste sentido, quando se enuncia do lugar oficial, o do governo, reporta-se aos saberes da Formação Discursiva Governo Vargas (FDGV), cujo elemento central é a língua nacional: a língua Portuguesa. Já os saberes da Formação Discursiva dos Imigrantes Alemães (FDIA) passam pela preservação da fé, da cultura e da língua Alemã e se reportam a outro interdiscurso,<sup>29</sup> que remete aos saberes discursivos pertencentes ao sujeito imigrante, que ocupa outro lugar social. Neste viés, ao falarem de si ou do outro entram em jogo diferentes saberes, inscritos em Formações Discursivas distintas.

A sequência discursiva a seguir do Decreto-Lei, de 1939,<sup>30</sup> nos mostra como Governo Vargas propõe esse convívio com o “outro”, o sujeito imigrante, para concretizar seu plano de Projeto de Nacionalização do país:

<sup>28</sup> DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política racial e social no Brasil – 1917-1945*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005, 400p.

<sup>29</sup> Conceito pautado em Pêcheux. PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

<sup>30</sup> REVISTA DO ENSINO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Vol.1. nº 2. Porto Alegre, p.134, nov. 1939.

Sd3(FDGV): Art. 8º - Incumbe ao Conselho de Imigração e Colonização, diretamente ou pelos órgãos que coordena:

- a. Evitar aglomeração de imigrantes da mesma origem num só Estado ou numa só região;
- b. Vedar a aquisição, por empresas estrangeiras ou seus agentes, de grandes áreas de terra, ou de áreas pequenas desde que, de direito ou de fato, importem a formação de latifúndio;
- c. Defender a absorção por estrangeiros as propriedades brasileiras situadas nas zonas coloniais;
- d. Fiscalizar as zonas de colonização estrangeira, efetuando, se necessário, inspeções secretas; exercer vigilância sobre os agentes estrangeiros em visita às zonas de colonização;
- e. Propor a substituição dos funcionários ou autoridades, federais, estaduais ou municipais, que se mostrem negligentes na adoção e execução das medidas necessárias à realização dos fins desta lei.”

Ao considerarmos as expressões do Sd3: “evitar aglomeração, vedar a aquisição, defender a absorção por estrangeiros, fiscalizar as zonas de colonização, propor a substituição dos funcionários” podemos perceber que esse aceitar o outro traz uma postura de controle, de exclusão e de uma prática política xenofóbica por parte do governo, remetendo a construção de saberes sobre o imigrante, determinando-o como alguém perigoso que não é digno de confiança, uma ameaça para o país brasileiro, por isso, qualquer sinal de perigo precisa ser enviado às autoridades superiores, daí a incumbência de “fiscalizar as zonas de colonização estrangeira”. Com esse intuito o governo de Getúlio Vargas convoca a todos os cidadãos a se comprometer a denunciar e vigiar o inimigo ameaçador da ordem e do progresso. Neste sentido, a construção do imaginário de nação brasileira não se dá apenas via superestrutura,<sup>31</sup> mas a relação com as forças orgânicas que (re)produzem e, ao mesmo tempo, transformam.

Sabemos que o discurso da construção de um país miscigenado, unido e identificado por uma única língua sem preconceito de cor em um país miscigenado, esconde uma prática política xenofóbica por parte da ordem

---

<sup>31</sup> De acordo com Althusser (2007) a ideologia não está apenas na Superestrutura, a ideologia está nas ações diárias dos sujeitos, pelas quais eles se reconhecem sujeitos e podem dizer “sou eu”, pois o reconhecimento de que somos sujeitos, que funcionamos nos rituais práticos da vida cotidiana mais elementar” (p.95) Isso significa que as práticas sociais diárias fazem com que o sujeito se reconheça com este ou aquele grupo. ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

superestrutural com o intuito de anular politicamente os estrangeiros, controlando-os. Esse controle fica explícito no Artigo 9º do Decreto-Lei nº 1.545 de 1939:<sup>32</sup>

Sd4 (FDGV): “Art. 9º - Incumbe aos Interventores Federais:

b) remeter trimestralmente ao Conselho de Segurança Nacional uma estatística da entrada e localização de imigrantes.

Art. 11º - Nenhuma escola poderá ser dirigida por estrangeiros, salvo os casos expressamente permitidos por lei e executadas as congregações religiosas especializadas que mantêm instituídos em todos os países, sem relação alguma com qualquer nacionalidade.

Parágrafo único – Aos professores e instrutores de qualquer espécie, bem como a todos os que se consagram a tarefa de cuidar da infância e juventude, cumpre esforçarem-se por difundir o sentimento da nacionalidade e o amor pela pátria.

Art. 16º - Sem o prejuízo do exercício público e livre do culto, as prédicas religiosas deverão ser feitas na língua nacional”.

Aqui também percebemos claramente orientações com caráter repressivo: o controle de localização e de número de imigrantes; a vigilância do desenvolvimento intelectual; e a anulação de sua identificação com a língua estrangeira (seja no exercício público da fé ou no âmbito familiar), retirando-lhes o sentimento de pertencimento. Esse discurso varguista interfere na constituição da identidade dos imigrantes alemães, que lhes é negada e apagada por meio desses dispositivos jurídicos que se fazem cumprir. Esses dispositivos jurídicos constituem os saberes da FDGV sobre o imaginário de construção de um país brasileiro e determinam a forma de brasilidade e oficializam tratamento e vigilância para com os não brasileiros. Esse discurso dialoga e ecoa na construção do imaginário que os próprios imigrantes têm de si mesmos, porque ele impõe-lhes um lugar social marginalizado e é a partir desse lugar que são discursivizados e dali discursivizam. São essas vozes sociais de controle que modificam a condição social do imigrante e a sua constituição da identidade, uma identidade brasileira que lhes é imposta, por não serem

---

<sup>32</sup> REVISTA DO ENSINO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Vol.1. nº 2. Porto Alegre, p.134, nov. 1939.

brasileiros,<sup>33</sup> por serem imigrantes e descendentes de imigrantes, deveriam ser vigiados e controlados.

Como afirma Bakhtin,<sup>34</sup> a expressão exterior determina o mundo interior e as palavras trazem consigo posições sócio-axiológicas, ou seja, as palavras possuem um juízo de valor ao serem empregadas. Diante dessa reflexão, podemos a partir do discurso do Governo Vargas perceber que a identidade do imigrante não passa apenas por questões subjetivas, antes propõe-se diversas regras a que o sujeito imigrante precisava se submeter para tornar-se aceitável ao país. Neste viés, a FDGV propaga saberes sobre ser brasileiro e ao discursivizar o imigrante, lança sobre ele julgamentos, que o classifica, excluindo-o e colocando-o à margem da sociedade. Essas vozes interferiram em suas vidas, interditando sua língua, sua cultura, sua história, sua memória, enfim, sua identidade.

## **Ecos e Ressonâncias nas Práticas Políticas Educacionais**

Como já apontado pelas sequências discursivas do Decreto-Lei nº 1.545 de 1939, o governo de Getúlio Vargas adotou uma prática política autoritária e xenofóbica para garantir uma educação voltada em torno do processo da construção de uma consciência nacional e para defender a ordem e o progresso para o povo. Nesta situação de nacionalização, havia também os imigrantes que procuravam preservar sua identidade pela língua, tentando manter e passar sua cultura para seus filhos. Desse modo, muitas famílias falavam apenas o alemão no convívio familiar e na sua comunidade, constituídas para melhor se adaptarem na nova pátria. Para entender a situação sócio histórica vivida pelos imigrantes traremos, a seguir, três sequências discursivas de falas de descendentes de imigrantes, denominados como A, B e C. Essas falas são frutos de entrevistas<sup>35</sup> realizadas com descendentes de imigrantes que residem na

<sup>33</sup> Ao tomarmos o conceito de sujeito brasileiro, referimo-nos aos sujeitos que têm domínio linguístico da língua Portuguesa. Afinal, quem é o brasileiro? Sabemos que somos um povo miscigenado, oriundos de vários povos, de muitos imigrantes: alguns motivados pela promissora riqueza, outros motivados pela construção de uma nova pátria para seus filhos... Esses que buscavam uma nova terra para reconstruírem suas vidas, cultivavam esse sentimento de pertencimento ao país de origem e esse sentimento era concretizado pela e na preservação da língua de seu país de origem e ela foi repassada de geração em geração. Isso representou o discernimento entre ser brasileiro e ser descendente de imigrantes. É oportuno ilustrar esse sentimento com um relato de uma jovem de 18 anos que mora

<sup>34</sup> BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.

<sup>35</sup> O projeto de Pesquisa, intitulado “*Identificação e Interdição: ecos e ressonâncias*” estuda questões relacionadas às relações de identificação e interdição nas práticas sociais dessas pequenas comunidades, cuja língua ainda está atrelada à língua de seus antepassados, sobrevivendo à proibição do regime do Governo Vargas e está viva em suas práticas sociais com uma língua típica, a *Sprachmischung*; uma mistura surgida da interdição da língua proibida com a língua portuguesa.

cidade de Santa Rosa, região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.<sup>36</sup> Suas falas retratam como foi a vivência da proibição da língua nas escolas:

SdA (FDIA) “*Ah, es war ganz schwer, denn in die Schule konnten wir nur auf brasileiro sprechen, aber ich wusste fast nur Deutsch, mia haben auf Deutsch zuhause gesprochen, na ja, und in die Schule war das verboten, das waren schwere Zeiten...*”<sup>37</sup>

SdB (FDIA) *Nessa época, nas escolas, acontecia com crianças, como era o caso de minha irmã, mais velha, que o professor xingava, gritava se ela falasse em alemão e queria que ela não falasse em alemão. A professora nem entendia alemão, ela era brasileira... Até teve uma vez que ela gritou com a minha irmã, ela ficou com tanto medo que fez xixi na cadeira... é... foi triste minha contava isso e minha irmã não queria mais ir para aula... mas teve que ir... não tinha o que fazer, nem minha mãe falou nada porque ... porque minha irmã estava errada, ela não era para falar alemão... mas também não sabia o português...minha irmã nunca gostava de falar disso...*

SdC (FDIA) – *Ja, in die Schule, da musstem mia nur brasilianisch sprechen, wenn ein Kind hat etwas auf Deutsch gefragt, weil kann das mich auf brasilianisch dann hat dea Lehrer mal geschrien!! So warem mia immer ganz ruhig, kein Deutsch und kein brasilianisch!*<sup>38</sup>

As falas<sup>39</sup> demonstram as diferentes formas de violência, as quais esses sujeitos estavam submetidos, e percebemos como foi difícil para os imigrantes

<sup>36</sup> A colonização alemã no Rio Grande do Sul tem início em São Leopoldo, em 1824 e muitos desses imigrantes dirigiam-se para regiões como o Noroeste do Estado, que eram menos “concorridas”, menos despovoadas e com condições de vida precárias, visto que muitos imigrantes precisavam desmatar suas terras para iniciar qualquer cultivo de subsistência. DREHER, Martin. *O Fenômeno Imigratório Alemão para o Brasil*. In: Estudos Leopoldenses. Vol. 31, nº 142, p. 59 –82, Maio/Junho, 1995.

<sup>37</sup> “Ah, eram tempos difíceis, então, na escola, podíamos apenas falar em português, mas eu sabia quase só alemão, nós em casa falávamos em alemão, pois é, e na escola isso era proibido, isso eram tempos difíceis.”

<sup>38</sup> “Pois é, na escola, lá nós tínhamos que falar somente o português, quando uma criança perguntava algo em alemão, porque não sabia a palavra em português, o professor saía gritando! Então, assim, nós ficávamos bem quietinhos, nem alemão nem português!” [tradução nossa]

<sup>39</sup> Essas situações descritas aparecem em outras falas de outras regiões do Rio Grande do Sul e elas ilustram fatos que muitos imigrantes e familiares vivenciaram em diferentes regiões do Estado (e do país). Estudo mais aprofundado consta em: KIPPER, Maria Hoppe. *A campanha de Nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz do Sul (1937-1945)*. Santa Cruz: Apesc, 1979. KREUTZ, Lúcio. *A Escola Teuto-Brasileira Católica e a Nacionalização do Ensino*. In: Nacionalização e imigração alemã/org. Telmo Muller. São Leopoldo: UNISINOS, 1994. MULLER, Telmo. *A Nacionalização e a Escola Teuto-Brasileira Evangélica*. In: Nacionalização e imigração alemã/org. Telmo Muller. São Leopoldo: UNISINOS, 1994. DREHER, Martin. *O Fenômeno Imigratório Alemão para o Brasil*. In: Estudos Leopoldenses. Vol. 31, nº 142, Maio/Junho, 1995, p. 59 –82. MELLMAN, Charles. *Imigrantes: incidências subjetivas das mudanças de língua e de país*. São Paulo: Escuta, 1992. RAMBO, Arthur Blásio. *O teuto-brasileiro e sua identidade*. In: Etnia e Educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêntos. Org. Neide Almeida Fioir et. al. Editora UFSC: Tubarão, Unisul, 2003. SEYFERTH, Giralda. *A ideia de Cultura Teuto-brasileira: Literatura, Identidade e os Significados da Etnicidade*. In: Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 10, nº22, p.149-197, jul/dez.2004.



se adaptarem à língua do outro (Estado). Primeiro, porque estavam envolvidas questões relacionadas ao domínio do conhecimento das normas linguísticas, como destacado nas sequências discursivas: “*aber ich wusste fast nur Deutsch, mia haben auf Deutsch zuhause gesprochen*”(mas eu só sabia alemão, em casa nós só falávamos alemão)(SdA); “o professor xingava, gritava se ela falasse em alemão e queria que ela não falasse em alemão”(SdB); “*wenn ein Kind hat etwas auf Deutsch gefragt, weil kann das mich auf brasilianisch dann hat dea Lehrer mal geschrien!* (quando uma criança perguntava algo em alemão, porque não sabia em brasileiro, ele logo saia gritando)(SdC)”; segundo, pelas questões que não se restringem apenas às normas linguísticas, mas trata-se de elementos de sentimento de pertencimento e de identificação ao grupo familiar e de vivências, em que eles estavam inseridos: o *locus social*. Desta forma, se olharmos para essas sequências pelos saberes que remetem à FDIA, temos uma ruptura com a língua de identificação e, ao mesmo tempo, modos de violência simbólica a que eles estavam submetidos pelo não domínio da língua nacional. Já pelos saberes da FDGV, temos uma ação em prol do progresso do país, uma forma de tornar os sujeitos imigrantes em sujeitos “brasileiros”. No entanto, sabemos que essa prática política mascara um Estado repressor e controlador, uma vez que nessas práticas pedagógicas escolares (assim como relatado nas SdA, B e C) temos imbuída a violência simbólica. Para verificar essas formas de violência simbólica em nome da construção da identidade brasileira, traremos outra sequência discursiva do Decreto-Lei nº 1.545, de 1939:<sup>40</sup>

Sd5 (FDGV): “Art. 4º - Incumbe ao Ministério da Educação e Saúde:

- a. Promover, nas regiões onde preponderarem descendentes de estrangeiros e em proporção adequada, a criação de escolas que serão confiadas a professores capazes de servir os fins desta lei;
- b. Subvencionar as escolas primárias de núcleos coloniais, criadas por sua iniciativa nos Estados ou Municípios; favorecer as escolas primárias e secundárias fundadas por brasileiros;
- c. Orientar o preparo e o recrutamento de professores para as escolas primárias para núcleos coloniais;
- d. Estimular a criação de organizações patrióticas que se destinem à educação física, instituem bibliotecas de obras de interesse nacional e promovam comemorações cívicas e viagens para regiões do país;

<sup>40</sup> REVISTA DO ENSINO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Vol.1. nº 2. Porto Alegre, p.134, nov. 1939.

- e. Exercer a vigilância sobre o ensino da história e geografia do Brasil;
- f. Distribuir folhetos com notícias e informações sobre o Brasil, seu passado, sua vida presente e suas aspirações.”.

Essas orientações incumbidas ao Ministério da Educação e Saúde apontam para a determinação de como o sujeito precisa se inscrever na ordem histórica e simbólica, reconhecendo-se como sujeito brasileiro e quem é digno de confiança, como postulado no decreto: “a criação de escolas que serão confiadas a professores capazes de servir os fins desta lei”. Isso significa que nem todos eram dignos de confiança para cumprir a lei e promover a implantação da identidade brasileira. Ademais, as expressões usadas: “promover, subvencionar, orientar e estimular”, aparentemente, denotam um incentivo para essa educação nacionalista, mas escondem uma violência simbólica para com aqueles considerados não brasileiros pelos saberes da FDGV e deixa muito claro ao determinar “exercer a vigilância” (Sd5) para com aqueles que não são dignos dessa confiança. Nesse sentido, ao voltarmos para o 1º Artigo “Essa adaptação far-se-á pelo ensino e pelo uso da língua nacional”, verificamos que esse adaptar-se remete a não impor resistência política, oposição ou resignação, antes aceitar as condições veladas de violência simbólica e abrasileirar-se. No entanto, o governo varguista encontra dificuldades na sua prática política linguística, pautadas no ensino e no uso da língua nacional e essas dificuldades/resistências se dão de forma que muitos imigrantes procuravam (alguns ainda procuram) manter sua língua e sua história, como ilustrado na SdA (FDIA) “*mia haben auf Deutsch zuhause gesprochen*” (em casa, nós falávamos em alemão).

## Considerações Finais

O trabalho aqui apresentado pretendeu refletir sobre a violência simbólica velada das práticas políticas do governo Vargas na construção do imaginário de identidade brasileira, interditando a constituição da identidade dos imigrantes e seus descendentes. Analisar elementos implícitos, apagados e mascarados pela História oficial é fundamental para compreender e investigar vozes sociais que ecoam e perpassam imaginário de identidades e que mobilizam uma série de questões, como práticas políticas, posições ideológicas, situação social e objetos simbólicos.

No centro desse estudo, pautado no aporte teórico pelo viés da materialidade da língua, temos a palavra que se inscreve numa ordem social e simbólica para significar, tornando-se um signo ideológico, que passa a refletir

e refratar realidade(s). O signo ideológico se produz no seio do campo social e histórico. Para Bakhtin,<sup>41</sup> “a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais” ou das não transformações, assim, as práticas sociais estão ligadas às práticas discursivas. A palavra é plurivocal, porque traz a voz do outro e responde ao outro;<sup>42</sup> as palavras tornam-se signos ideológicos que carregam um juízo de valor, um tom valorativo, conforme a situação social e histórica, em que se inscreve. Neste viés, observamos que as palavras dos imigrantes vêm carregadas do discurso oficial das décadas de 30 e 40, cujo objetivo aparente resumia-se na construção de uma identidade nacional brasileira, mas que coloca o imigrante na condição de inimigo do Estado, como uma ameaça à ordem e à segurança nacional e, por isso, a necessidade da vigilância.

Assim, sob a égide de construir uma nação de vários povos com uma única língua, o governo de Getúlio Vargas instituiu o discurso da nacionalização do país, implementa a língua nacional como obrigatória e refuta a possibilidade de imigrantes administrarem e trabalharem em escolas e igrejas. Neste sentido, a política do governo não se dá apenas nas ideias, mas nas práticas e nos discursos aparentemente em nome da ordem e do progresso, que escamoteiam formas de controle e de repressão. Então, para implementar suas políticas nacionalistas, o governo exige vigilância e fiscalização para com os imigrantes e lhes proíbe sua língua e busca instituir a naturalização dos saberes sobre ser brasileiro via decreto a partir dos saberes da FDGV. Esses saberes e essas vozes apontam para como o sujeito precisa se inscrever na ordem histórica e simbólica para reconhecer-se como brasileiro e esse reconhecimento aponta para um pré-construído de identidade atrelado ao domínio da língua nacional.

É fato que o modo como o sujeito imigrante se reconhece nessas relações de produção e define a sua construção imaginária já está interpelada por esses saberes do discurso varguista e os domínios desses saberes estrutural que identificam os sujeitos imigrantes são diferentes do modo de inscrição na ordem histórica e simbólica, com o qual eles se reconhecem. Ao mesmo tempo, em que o modo como se reconhecem nessas relações de produção e definem a sua construção imaginária, já está interpelada pelas vozes sociais dessas práticas políticas. Portanto, pensar o discurso como um espaço de encontro, ecos, ressonâncias e interdição de vozes, permite refletir sobre o

---

<sup>41</sup> BAKHTIN, op.cit. p.41.

<sup>42</sup> Ibidem, pautado no conceito de função responsiva.

processo de construção do imaginário de identidade atrelado a sujeitos sociais que trazem no discurso, outras vozes, pensamentos, palavras, práticas sociais que fizeram – fazem – parte da sua realidade social, que permearam a sua história e que brotam ao falar.

## Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. Trad.: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. Trad. Paulo Bezerra.
- BUENO, Andréia; CAMEZ, João; BACKES, Luana e CASTRO, Rodrigo. *A campanha de nacionalização na era vargas*. Disponível em: <http://hipermidia.unisc.br/tempoznastas/nazismo-era-vargas.html>. Acessado em: 20/11/2021.
- DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política racial e social no Brasil – 1917-1945*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005, 400p.
- DREHER, Martin. *O Fenômeno Imigratório Alemão para o Brasil*. In: Estudos Leopoldenses. Vol. 31, nº 142, Maio/Junho, 1995, p. 59 –82.
- EIHELBERGER, Andreia; WEYDMANN, Fabiane. *Guerreiros desta pátria: momentos amargos da nossa história*. Ijuí: Unijuí, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- KIPPER, Maria Hoppe. *A campanha de Nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz do Sul (1937-1945)*. Santa Cruz: Apesc, 1979.
- KREUTZ, Lúcio. *A Escola Teuto-Brasileira Católica e a Nacionalização do Ensino*. In: Nacionalização e imigração alemã/org. Telmo Muller. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.
- JOCHEN, Toni Vidal. *A epopeia de uma imigração*. Águas Mornas, SC: Ed. Do Autor, 1997.
- LÄHTEENMÄKI, Mika. *Estratificação Social da Linguagem no Discurso sobre o Romance: o Contexto Social Soviético oculto*. In: Mikhail Bakhtin: Contribuições

para a Filosofia da Linguagem e Estudos Discursivos. Ana Zandwais (org.) Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005.

LANDO, Aldair Marli e BARROS, Eliane Cruxên. *A colonização Alemã no Rio Grande do Sul, uma interpretação sociológica*. Porto Alegre. Editora Movimento, 1976.

LEI de Segurança Nacional (LSN) *Anos de Incerteza (1930-1937). Radicalização Política. A Era Vargas*. CPDOC. In: <[www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/html/anos30-37/ev\\_radpol\\_lsn.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/html/anos30-37/ev_radpol_lsn.htm)>

MEDVIÉDEV, Júri Pávlovitch; MEDVIÉDEVA, Dária Aleksándrovna. *O Círculo de M. M. Bakhtin: sobre a fundamentação de um fenômeno / The Bakhtin Circle: on the Basis of a Phenomenon Bakhtiniana*. In Bakhtiniana, São Paulo, Número Especial: 26-46, Jan./Jul. 2014. <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/issue/view/1255/showToc>. Acessado em 19 de abril de 2021.

MELLMAN, Charles. *Imigrantes: incidências subjetivas das mudanças de língua e de país*. São Paulo: Escuta, 1992.

METZLER, Franz. In: *DEUTSCHES VOLKSBLATT*. Porto Alegre, 12 de janeiro de 1937. Trad. Arthur Blásio Rambo. *Deutschbrasilianische Auseinandersetzung, Sonderdruck*. Druck und Verlag: Metzler Ltda. Porto Alegre: Brasilien, 1937. Trad. Arthur Blásio Rambo.

MULLER, Telmo. *A Nacionalização e a Escola Teuto-Brasileira Evangélica*. In: *Nacionalização e imigração alemã/org*. Telmo Muller. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

\_\_\_ . *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

PENNA, Maura. *Relatos de imigrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento*. In: *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*/Inês Signorini (org.). Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998, p.92.

PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Graf, Santa Terezinha, Porto Alegre, 1934.

RAMBO, Arthur Blásio. *O teuto-brasileiro e sua identidade*. In: Etnia e Educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêntos. Org. Neide Almeida Fioir et. al. Editora UFSC: Tubarão, Unisul, 2003.

REVISTA DO ENSINO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Vol.1. nº 2. Porto Alegre, nov. De 1939. (ano I).

REVISTA NOSSO SÉCULO – 1930-1945. Capítulo VIII – “O Estado Novo”, Editora: Abril, p.193.

ROCHE, Jean. *A colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Emery Ruas. Trad. Porto Alegre: Globo, 1969.

SERIÓT, Patrick. *Bakhtin no Contexto: Diálogo de Vozes e Hibridação das Línguas (o problema dos Limites)*. In: Mikhail Bakhtin: Contribuições para a Filosofia da Linguagem e Estudos Discursivos. Ana Zandwais (org.) Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005.

SCHILLING, Isabel. *Os traços da identidade cultural polonesa nas práticas educacionais da Escola Casemiro Stachursck*, CRICIÚMA, SC, 2007. DISSERTAÇÃO.

SEYFERTH, Giralda. *A ideia de Cultura Teuto-brasileira: Literatura, Identidade e os Significados da Etnicidade*. In: Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 10, n;22, p.149-197, jul/dez.2004.

SILVA NETO, Casimiro Pedro da. *Década de 1930 – Os Anos de Incertezas: A Origem da Primeira Lei de Segurança Nacional*, 2006. In: [www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/anos37-45/ev\\_ecp\\_horabrasil.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_ecp_horabrasil.htm).

TCHOUGOUNNIKOV, Serguei. *Por uma Arqueologia dos Conceitos do Círculo de Bakhtin: Idologema, Signo Ideológico, Dialogismo*. In: Mikhail Bakhtin: Contribuições para a Filosofia da Linguagem e Estudos Discursivos. Ana Zandwais (org.) Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005.

TIBOLLA, Flávia Rosane; SCHWABENLAND, Flávia, et. al. *interdição e identificação: faces da constituição linguística dos descendentes de imigrantes italianos*. EDUCERE, 2015.

ZANDWAIS, Ana (Org.). *OS PLANOS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO DOS GOVERNOS VARGAS E FHC: um Contraponto entre Saberes sobre Educação e Ensino de Língua Materna*. In: Ensino e aprendizagem de línguas: língua portuguesa/ org. Ercília Cazarin, Gesualda dos Santos Rasia. Ijuí: Unijuí, 2007.

\_\_\_\_. *Saberes sobre a identidade nacional: o processo de construção de um imaginário de cidadania durante o Governo Vargas*. In: Análise do discurso no Brasil: mapeando

conceitos, confrontando limites. Org. Maria Cristina Ferreira, Freda Indursky. São Carlos: Claraluz, 2007.

ZIEGLER, Arne. *Deutsche Sprache in Brasilien: Untersuchungen zum Sprachwandel und zum Sprachgebrauch der deutschstämmigen Brasilianer in Rio Grande do Sul*. Essen: die Blaue Eule Verlag, 1996.

Artigo recebido para publicação em 30/12/2021

Artigo aprovado para publicação em 12/09/2022